



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

Estado de São Paulo
PÇA CEL ORLANDO, 600 – CX POSTAL, 77 – CEP 14620-000-FONE PABX (016) 3820-8000

Ofício nº 322/2025-gp

Orlândia, 22 de outubro de 2025.

Ilustríssimo Senhor

Gilson Moreira

DD. Presidente da Câmara Municipal de Orlandia

Assunto: **Veto ao Projeto de Lei nº 014/2025**

Excelentíssimo Senhor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, comunicar a Vossa Excelência que, com fundamento no artigo 75, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município de Orlandia, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 014/2025, de autoria parlamentar, que “Dispõe sobre a aplicação de multa em caso de falha com consequente interrupção dos serviços essenciais e de natureza contínua, prestados por empresas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos, e dá outras providências”.

2. A decisão apoia-se no Parecer nº 7/2025-fdr da Procuradoria-Geral do Município, que constatou inconstitucionalidade material, uma vez que a norma pretende legislar sobre serviços públicos cuja regulação e exploração são de competência privativa da União, como energia elétrica e telecomunicações, o que extrapola a competência municipal.

3. A amplitude da norma aprovada impossibilita sanção parcial, pois o vício atinge o conteúdo central do projeto, tornando necessário o veto total.

4. Encaminho o veto à deliberação da Câmara Municipal, na forma do artigo 75, § 4º, da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JORGE
GABRIEL
GRASI:38220
051850

Assinado de forma
digital por JORGE
GABRIEL
GRASI:38220051850
Dados: 2025.10.22
16:05:53 -03'00'

Jorge Gabriel Grasi
Prefeito Municipal

Recebido em 22/10/25



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Gabinete do Procurador Geral

PARECER PGM Nº 7/2025-fdr

PROCESSO Nº: S/Nº

INTERESSADO: Prefeito Municipal

ASSUNTO: Análise do Projeto de Lei nº 014/2025-CM – "Dispõe sobre a aplicação de multa, em caso de falha com consequente interrupção dos serviços essenciais e de natureza contínua, prestados por empresas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos e dá outras providências."

Projeto de Lei Municipal nº 014/2025 (Câmara Municipal de Orlandia). Aplicação de multa, em caso de falha com consequente interrupção dos serviços essenciais e de natureza contínua. Generalidade a toda e qualquer concessionária ou permissionária de serviço público. Inconstitucionalidade material por invadir esfera de competência legislativa da União.
Recomendação de veto integral.

Senhor Prefeito:

1. O presente parecer jurídico tem por finalidade analisar a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 014/2025, de autoria do Vereador Antônio Carlos Leite, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Ordinária do dia 13/10 p.p. O projeto tem por objetivo a instituição de multa a empresas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos de natureza contínua em caso de falha na prestação do serviço com a sua consequente interrupção.

2. A análise será desenvolvida sob as perspectivas constitucional com o objetivo de subsidiar a decisão do Chefe do Poder Executivo municipal quanto à sanção ou veto da proposição legislativa, assegurando a conformidade com o ordenamento jurídico.
3. É a síntese do necessário. Passo a opinar.
4. Embora reconheça o nobre propósito do legislador em proteger os consumidores e assegurar a qualidade dos serviços públicos em nosso Município, a proposição, em sua redação atual, padece de **vício insanável de inconstitucionalidade material**.
5. O Projeto de Lei, ao pretender aplicar multas pela interrupção de "serviços públicos essenciais e de natureza contínua", abrange, de forma genérica, serviços cuja regulação e exploração são, inclusive, de competência privativa da União, como os de energia elétrica e telecomunicações.
6. A Constituição Federal de 1988 é cristalina ao estabelecer, em seu artigo 22, inciso IV, que compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão. Ademais, o artigo 21, incisos XI e XII, 'b', atribui à União a competência para explorar, diretamente ou mediante concessão, esses mesmos serviços.
7. Ao instituir sanções por interrupção de serviços como energia elétrica e telecomunicações, haja vista que no Projeto de Lei o Município não há sua exclusão, invade a esfera de competência privativa da União, interferindo diretamente na relação jurídico-contratual estabelecida entre o Poder Concedente federal e as empresas concessionárias. A regulação sobre a continuidade do serviço, bem como as penalidades por seu descumprimento, são matérias afetas ao núcleo do contrato de concessão e já são exaustivamente disciplinadas pelas agências reguladoras federais (ANEEL e ANATEL), que possuem a atribuição legal para fiscalizar e sancionar as prestadoras.
8. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é pacífica e reiterada no sentido de que leis estaduais e municipais não podem interferir no núcleo da regulação de serviços públicos concedidos pela União, sob pena de violação do pacto federativo e de afetação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Neste sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA – INVASÃO, PELO ESTADO-MEMBRO, DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO – INDEVIDA INTERFERÊNCIA NAS RELAÇÕES JURÍDICO-CONTRATUAIS ENTRE O PODER CONCEDENTE FEDERAL E AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS – COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE ENERGIA (CF, ART. 22, IV) E PARA DEFINIR AS POLÍTICAS SETORIAIS QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (CF, ART. 21, XII, alínea b)– EXISTÊNCIA DE REGULAMENTO SETORIAL ESPECÍFICO

EDITADO PELA ENTIDADE REGULADORA COMPETENTE (A ANEEL, NO CASO), DISCIPLINANDO, DE MODO EXAURIENTE, AS REGRAS CONCERNENTES À SUSPENSÃO OU À INTERRUPTÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO CONSUMIDOR INADIMPLENTE – VEDAÇÃO À INGERÊNCIA NORMATIVA DOS ESTADOS-MEMBROS NA ORGANIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO, A SER EXERCIDA, COM ABSOLUTA EXCLUSIVIDADE, PELA UNIÃO FEDERAL, QUE DETÉM COMPETÊNCIA PRIVATIVA PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, LEGISLAR SOBRE OS DIREITOS DOS USUÁRIOS, FIXAR A POLÍTICA TARIFÁRIA E DISCIPLINAR AS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, ATUALIDADE, GENERALIDADE E CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO (CF, ART. 175)–PAPEL CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDO À UNIÃO FEDERAL DE ASSEGURAR A TODOS OS USUÁRIOS, DE FORMA IGUALITÁRIA, AMPLO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA, SEM INDEVIDAS INTERVENÇÕES DISCRIMINATÓRIAS PROMOVIDAS POR PROGRAMAS E PLANOS DE CARÁTER REGIONAL INCOMPATÍVEIS COM AS POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ÂMBITO NACIONAL DEFINIDAS PELA UNIÃO – INVIABILIDADE DA ALTERAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LICITAÇÃO E FORMALMENTE ESTIPULADAS EM CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SOB REGIME FEDERAL – REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO TEMA – PRECEDENTES – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL IMPUGNADA – AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE . – A competência da União Federal no domínio do setor energético reveste-se de caráter exauriente (CF, art. 21, XII, b, art. 22, IV, e art. 175) . – A jurisprudência plenária do Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a manifesta inconstitucionalidade de diplomas legislativos de Estados-membros que, a pretexto de exercerem a sua competência suplementar em matéria de “consumo” (CF, art. 24, V) ou de “responsabilidade por dano (...) ao consumidor” (CF, art. 24, VIII), editam normas estaduais dirigidas às empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, dispondo sobre direitos dos usuários e obrigações das concessionárias, usurpando, em consequência, a competência privativa outorgada à União Federal em tema de organização do setor energético (CF, art. 21, XII, b, art . 22, IV, e art. 175) e intervindo, indevidamente, no âmbito das relações contratuais entre o poder concedente e as empresas delegatárias de tais serviços públicos. Precedentes. – Os Estados-membros não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias nem dispõem de competência para modificar ou alterar as condições que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica – CF, art . 21, XII, b), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão

federal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo. Precedentes.¹

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. NORMA MUNICIPAL. DISPOSIÇÕES SOBRE TELECOMUNICAÇÕES. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 21, XI, E 22, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARGUIÇÃO JULGADA PROCEDENTE. 1. É inconstitucional ato normativo municipal que regulamenta aspectos nucleares dos serviços de telecomunicações, por violação à competência legislativa privativa da União para o tema (art. 22, IV, da CRFB/88). 2. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 3.319/2002 e dos arts. 101 e 102 da Lei Complementar Municipal nº 53/2007; e, por arrastamento, declarar a inconstitucionalidade do Decreto Municipal nº 8.762/2017; do Decreto Municipal nº 10.416/2021 e da Portaria 10/2018-SMPU, todos atos normativos do Município de Barra Mansa/RJ.²

SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. LEI COMPLEMENTAR 111/2011 E DECRETO 34.442/2011, AMBOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. IMPOSIÇÃO ÀS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ELETRICIDADE DA ELIMINAÇÃO DA FIAÇÃO ELÉTRICA AÉREA E IMPLANTAÇÃO DA FIAÇÃO NO SUBSOLO. INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Compete privativamente à União legislar sobre serviços de energia elétrica e sobre as condições mediante as quais deve ser prestado o serviço. II – Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, lei local não pode criar obrigação significativamente onerosa para as concessionárias de energia elétrica, de modo a interferir indevidamente na relação jurídico-contratual estabelecida entre elas e a União. III – Agravo regimental a que se nega provimento.³

9. É imperativo distinguir que, se a norma se aplicasse exclusivamente a serviços públicos de titularidade municipal, como o saneamento básico (água e esgoto), conforme o art. 30, incisos I e V, da Constituição, a sua constitucionalidade seria, em tese, manifesta. Nesse caso, o Município estaria exercendo sua legítima competência como poder concedente.

10. Contudo, a generalidade e a amplitude do texto aprovado não permitem uma sanção parcial, pois seu vício reside na própria concepção abrangente, que alcança

¹ STF - ADI: 3824 MS, Relator.: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 05/10/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 19/10/2020.

² STF - ADPF: 1091 RJ, Relator.: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 09/04/2024, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 17-04-2024 PUBLIC 18-04-2024.

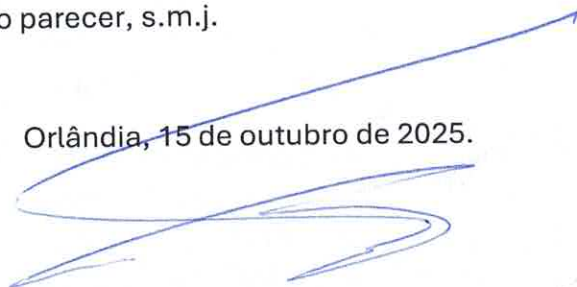
³ STF - ARE: 764029 RJ, Relator.: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 05/08/2020, Segunda Turma, Data de Publicação: 13/08/2020.

serviços regulados por outro ente da federação. A aplicação da lei, como está, geraria grave insegurança jurídica e um contencioso judicial de resultado certamente desfavorável ao Município.

11. Pelo exposto, e com fundamento no vício de inconstitucionalidade material que macula a proposição, contrariando o pacto federativo estabelecido na Constituição da República, sou levado a opinar pelo veto total ao Projeto de Lei nº 014/2025-CM.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Orlândia, 15 de outubro de 2025.



Flaviano Donizeti Ribeiro
Procurador Geral do Município



CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

- CNPJ 52.396.363/0001-91 -

Ofício S/C nº. 426/25

Orlândia-Sp., 14 de Outubro de 2025

Excelentíssimo Senhor Prefeito:-

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, Autógrafos n.ºs. 039/25 do Projeto de Lei n.º. 028/25 de autoria do Poder Executivo e 040/25 do Projeto de Lei n.º. 014/25 de autoria do Vereador Antonio Carlos Leite, aprovados nas Sessão Ordinária do dia 13 p.p.

Sem outro particular, valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Gilson Moreira

Presidente

AO EXMO. SR.

JORGE GABRIEL GRASI (THOR)

DD. PREFEITO MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

N E S T A

Recebi em 22/10/25



CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

=====ESTADO DE SÃO PAULO=====

AUTÓGRAFO Nº. 040/25

PROJETO DE LEI. Nº. 014/25-CM

“Dispõe sobre a aplicação de multa, em caso de falha com consequente interrupção dos serviços essenciais e de natureza contínua, prestados por empresas concessionárias e permissionárias dos serviços públicos e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA NA FORMA DA LEI, APROVA:

Art. 1º. A falha com consequente interrupção dos serviços públicos essenciais e de natureza contínua, prestados por empresas concessionárias ou permissionárias, implicará na aplicação de multa em favor do Município de Orlandia, conforme dispõe o art. 22, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e demais disposições legais.

§ 1º. o valor da multa imposta sobre a empresa concessionária ou permissionária, em favor do Município, será de até 01 (um) salário mínimo por dia para cada residência afetada.

§ 2º. será o dobro em caso de feriados, finais de semana e outras peculiaridades a serem analisadas no caso concreto.

§ 3º. a multa será apurada em regular procedimento administrativo instaurado pelo Poder Concedente/Permitente, no exercício de seu poder de polícia, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º. As despesas desta lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orlândia-Sp., 14 de Outubro de 2025


Juliane Fernanda Pompilio
1ª Secretária


Gilson Moreira
Presidente


Luis Donizeti da Cruz
2º Secretário


Rafael Palma
Vice Presidente